

EDITORIAL

Por
Laélia Portela Moreira e
Inês Ferreira de Souza Bragança

O período que se seguiu à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/9.394/96) exigiu de educadores e instituições educacionais significativas adaptações e trouxe novos desafios para a formação docente, que ganhou nova configuração com a ampliação e diversificação dos espaços formativos e, posteriormente, com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os cursos de graduação e para o curso de licenciatura em Pedagogia em 2006.

A publicação da Resolução CNE/CP nº. 1, de maio de 2006, indicou a conclusão de um ciclo, mas, ao mesmo tempo, o início de outro considerando-se o caminho a ser ainda percorrido. Textos políticos e legislação, em geral, são intervenções textuais que carregam limitações e dificuldades que se refletem no contexto da prática.¹ Assim, as polêmicas que se seguiram à publicação do texto das DCN/2006 revelaram ambiguidades, fragilidades, mas também uma robusta defesa da elevação da qualidade da formação docente para os anos iniciais do Ensino Fundamental, situação já prevista no artigo 62 da LDBEN/96.

A riqueza das experiências vividas, nesses oito anos, por diferentes instituições que oferecem a graduação em Pedagogia e a possibilidade de iniciar um movimento de análise e avaliação dos cursos

¹ MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 97, p. 47-69, 2006.

nos motivou a propor a organização deste número especial da **Revista de Educação Contemporânea**, com o objetivo de favorecer a socialização de pesquisas acadêmicas que tematizem diferentes dimensões do Curso de Pedagogia no Rio de Janeiro.

Para compor esta edição, **intitulada Formação Docente e Curso de Pedagogia: Desafios, Reflexões e Experiências**, fizemos uma chamada, por carta-convite enviada às Coordenações dos Cursos de Pedagogia e aos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado e, para avaliar as contribuições recebidas, constituímos um uma comissão científica com professores de diferentes Instituições de Educação Superior (IES) do Rio de Janeiro, com larga experiência e produção no campo da formação de professores, os quais aprovaram os trabalhos que compõem esta edição.

Inicialmente apresentam-se os textos da professora Carlinda Leite, da Universidade do Porto, e dos professores Giseli Cruz e Armando Arosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aos quais se seguem um conjunto de artigos que discutem questões específicas relacionadas à reformulação dos cursos de Pedagogia a partir das indicações contidas na Resolução de 2006.

Políticas de formação de professores do ensino básico em Portugal: uma análise focada no exercício da profissão, de CARLINDA LEITE, analisa o modelo de formação de professores do ensino básico resultante da adequação, em Portugal, aos compromissos de Bolonha. Seu texto focaliza as possibilidades que o modelo oferece para assegurar uma formação profissional em que sejam contemplados os desafios sociais e educacionais deste século XXI e apresenta a crítica a uma estrutura curricular que separa formação teórica e formação prática. GISELI CRUZ e ARMANDO AROSA, em *A formação do pedagogo*

docente no curso de Pedagogia, discutem a formação do pedagogo docente no curso de Pedagogia após as Diretrizes Curriculares aprovadas em 2006 e mapeiam as atribuições do Pedagogo no cenário escolar de três sistemas municipais de ensino do Rio de Janeiro.

Tendo como pano de fundo as reformas brasileiras do campo educacional e do currículo, que se acentuaram no Brasil a partir da década de 1980, CLARISSA CRAVEIRO apresenta, em *Sentidos de identidade docente nas políticas de currículo*, uma análise da política curricular para a formação de professores a partir dos discursos presentes nos documentos brasileiros pertinentes. Na sequência, alguns dos embates e discussões em torno do Curso de Pedagogia, a partir da explicitação de seus principais marcos históricos e normativos, são analisados no artigo de *Diretrizes para o curso de Pedagogia: entre opacidades discursivas e panaceias legais*, de ANGELLYNE RANGEL. O deslocamento da formação de professores para o nível superior e questões sobre a qualidade da educação são tratados por LAÉLIA MOREIRA e DÉBORA LIMA, em *Formação docente em nível médio e em nível superior: alguns pontos para reflexão*, artigo no qual discutem a formação docente, articulada a uma reflexão sobre a manutenção do curso normal, em nível médio, definida a partir da promulgação da Lei 012.796, de 2013. Para tanto, analisam conceitos de qualidade presentes na literatura acadêmica brasileira e, para compreender os caminhos das políticas de formação, utilizam conceitos da abordagem do ciclo de políticas a partir da sistematização da proposta de Ball e Bowe por Mainardes (2006, 2009)² e Mainardes e Gandin (2013)³.

² MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 97, p. 47-69, 2006.
³ _____. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, v. 9, n. 1, p. 4-16, Itajaí, jan./abr., 2009.

Os três textos que se seguem resultaram da pesquisa “Curso de Pedagogia no Rio de Janeiro após as Diretrizes Curriculares Nacionais”. Nessa pesquisa, subsidiada pela FAPERJ e conduzida pela professora Inês Bragança, foram analisadas propostas pedagógicas, matrizes curriculares e realizadas entrevistas com coordenadores dos cursos que constituíram a amostra da investigação. O primeiro deles, *Curso de Pedagogia no Rio de Janeiro após Diretrizes Curriculares Nacionais: políticas de conhecimento e formação*, de INÊS BRAGANÇA, tem como foco as políticas que envolvem a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), no Rio de Janeiro, analisadas em sua dimensão macro e também por meio do acompanhamento, ao longo do curso Pedagogia, de um grupo de estudantes, tendo como referência a abordagem (auto)biográfica.

Os artigos de SIMONE CHAVES e ZÉLIA LUBÃO decorrem de pesquisas desenvolvidas no contexto do mestrado em educação, ambas orientadas pela professora Inês, no âmbito da pesquisa mais ampla que analisou a reformulação do curso de Pedagogia em um conjunto de instituições privadas e públicas do Estado do Rio de Janeiro. O artigo de SIMONE CHAVES, *Docência, gestão e pesquisa na formação do pedagogo: uma análise de três cursos de Pedagogia do Rio de Janeiro*, aborda diferentes interpretações sobre as identidades atribuídas ao curso de Pedagogia no Brasil e os conflitos delas decorrentes, a partir dos resultados de uma investigação realizada em três instituições (uma pública e duas privadas) que oferecem, no Estado, o curso de

³ MAINARDES, Jefferson; GANDIN, Luiz Armando. A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.) Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 143-168.

Pedagogia na modalidade presencial. O artigo de ZÉLIA LUBÃO, *Articulação entre docência e gestão educacional na formação do Pedagogo a partir das DCN/2006*, analisa o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN/2006 no Curso de Pedagogia em quatro Instituições de Educação Superior, também no Estado do Rio de Janeiro, e os desafios decorrentes da complexidade da articulação entre a docência e a gestão educacional.

O amplo espectro da formação dos pedagogos propiciada pelas DCN/2006 fundamenta os dois artigos seguintes. Considerando o cenário da cibercultura e suas marcantes implicações na formação de professores, *Inclusão digital na formação do pedagogo: discurso e realidade* de LÚCIA VILARINHO e NORMA SUELI MARTINS, apresenta o resultado de uma pesquisa que investigou como três universidades públicas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, vêm concretizando a inclusão digital dos seus alunos do Curso de Pedagogia. A hipótese norteadora da pesquisa foi a presença da transversalidade da inclusão digital na prática de docentes deste curso, conforme orientação contida em suas Diretrizes Curriculares. Analisando a interpenetração dos espaços formais e não formais de educação WANIA GONZALEZ e SÂMIA PEDROZA no texto *Limites e possibilidades da atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino: algumas questões para debate* discutem a atuação do pedagogo em ambientes não escolares, à luz das da Resolução CNE/CP nº1, de 2006, e do Projeto de Lei 5346/2009, que regulamenta a profissão do Educador Social. Analisam também os resultados de uma pesquisa realizada em organizações não governamentais (ONGs) cariocas as quais integravam pedagogos nos seus quadros em 2012.

Os três últimos artigos tratam de desdobramentos do curso de Pedagogia conforme as novas Diretrizes. *Rompendo fronteiras disciplinares na formação de pedagogos*, de MARIA TEREZINHA ESPINOSA DE OLIVEIRA e KATIUSCIA C. VARGAS ANTUNES aborda o desafio de um grupo de professores na elaboração do projeto de formação, considerando como pano de fundo os princípios e concepções balizados pela pesquisa e a práxis educativa, o trabalho pedagógico e a autonomia. Analisa também a trajetória de construção do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia do UNIFESO, à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas em 2006. A docência em ambientes virtuais de aprendizagem constitui o objeto do artigo de IEDA SANDE, *Além da sala de aula: uma experiência num ambiente virtual de aprendizagem*, e, encerrando este dossiê, GISELLE MENDES DOS SANTOS aborda a relação entre a escola e a universidade, em *A análise da própria prática e a formação do/a professor/a pesquisador/a: diálogos entre a escola e a universidade*. Nesse texto, a autora discute a necessidade de uma aproximação entre a pesquisa acadêmica e a pesquisa dos professores, com ênfase em uma pedagogia colaborativa.

No conjunto de artigos do presente dossiê encontramos *desafios, reflexões e experiências* sobre formação de professores no Brasil e, especialmente, sobre o curso de Pedagogia no Rio de Janeiro, por meio da apresentação de diversas pesquisas que apontam a forma como nós, sujeitos da educação e da história, temos produzido as políticas de formação. Se a publicação das Diretrizes de 2006 fechou um ciclo, muitos outros descontínuos ciclos se abrem no permanente movimento de luta, nas polêmicas de defesa e de crítica do texto legal e na vivência cotidiana, na reinvenção/reconstrução da política que se dá no dia a dia

dos cursos de graduação. Em face da riqueza das experiências vividas o presente dossiê fica, assim, como um convite à continuidade desse debate.

Finalmente, na seção *Traduções*, publicamos *Quinze Anos do Periódico Quality In Higher Education (Parte II)* traduzido por LAÉLIA MOREIRA e GISELLE FERREIRA do original de LEE HARVEY e JAMES WILLIAMS *Fifteen Years of Quality in Higher Education Quality* publicado em *Quality in Higher Education*, v. 16, n. 2, p. 81-113, 2010.

Boa Leitura!